

# **POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE LÍNGUA ESTRANGEIRA**

**J.C. Medeiros<sup>1</sup> e L.B. Dourado<sup>2</sup>**

<sup>1</sup>Mestra em Educação pela Universidade de Brasília (UnB) e docente de políticas públicas educacionais no Instituto Federal de Brasília (IFB)

<sup>2</sup> Mestranda em Linguística Aplicada pela Universidade de Brasília (UnB) e docente de língua espanhola no Instituto Federal de Brasília (IFB) [jennifer.medeiros@ifb.edu.br](mailto:jennifer.medeiros@ifb.edu.br) - [luciana.dourado@ifb.edu.br](mailto:luciana.dourado@ifb.edu.br)

## **RESUMO**

O advento das novas tecnologias da informação e comunicação reconfigurou as formas e os processos de ensino e aprendizagem, sobretudo no âmbito da educação a distância - EaD. Assistimos a crescente expansão da oferta de cursos na modalidade a distância, em especial na educação superior. Nesse sentido, as políticas públicas voltadas para a formação de professores adotam como estratégia de oferta a EaD para garantir a democratização do acesso. Entretanto, convém refletir acerca das condições de implementação e operacionalização dos cursos de licenciatura, em especial daqueles voltados à formação de professores de língua estrangeira. A competência oral é um dos aspectos a serem desenvolvidos no itinerário formativo do futuro professor de língua estrangeira e, com base nesse ponto, levantamos o seguinte questionamento: em que medida podemos analisar a política de expansão da EaD na perspectiva da formação para o ensino de língua estrangeira? Pretendemos problematizar as condições materiais e concretas das políticas de formação dos professores sob a perspectiva das competências que devem ser desenvolvidas para a prática docente.

**PALAVRAS-CHAVE:** políticas públicas, formação de professores, educação a distância.

## **POLÍTICAS PÚBLICAS EN LA EDUCACIÓN A DISTANCIA Y LA FORMACIÓN DE PROFESORES DE LENGUA EXTRANJERA**

## **RESUMEN**

La llegada de las nuevas tecnologías de información y comunicación reconfiguró las formas y los procesos de enseñanza y aprendizaje, sobretudo en el ámbito de la educación a distancia – EaD. Vemos la creciente expansión de la oferta de cursos en la modalidad a distancia, en especial en la educación superior. En este sentido, las políticas públicas que están relacionadas a la formación de profesores adoptan como estrategia de oferta la EaD para garantizar la democratización del acceso. Mientras tanto, conviene reflejar acerca de las condiciones de implementación y ejecución de los cursos de licenciatura, en especial de aquellos que están relacionados a la formación de profesores de lengua extranjera. La competencia oral es uno de los aspectos que se desarrollan en la formación del futuro profesor de lengua extranjera, y, con base en esto, apuntamos el siguiente cuestionamiento: cómo podemos analizar la política de expansión de la EaD en la perspectiva de la formación para la enseñanza de lengua extranjera? Buscamos problematizar las condiciones de

las políticas de formación de los profesores por medio de la perspectiva de las competencias que deben ser desarrolladas para la práctica docente.

**PALABRAS-LLAVE:** políticas públicas, formación de profesores, educación a distancia.

## **POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE LÍNGUA ESTRANGEIRA**

### **INTRODUÇÃO**

A Educação a Distância conquista seu espaço nos dias atuais principalmente com a presença expressiva das Tecnologias da Informação e da Comunicação, as chamadas TIC. O uso dessas tecnologias, na prática docente, nos mostra uma nova forma de pensar, aprender, conhecer, representar e transmitir informações que se transformarão em conhecimento útil para as diversas camadas sociais.

Assim, a EaD, em sua configuração atual – com predomínio do uso da internet – fornece condições para que novos grupos sociais, até então desprovidos de oportunidades para realizarem cursos de formação inicial e continuada na modalidade presencial, tenham acesso à construção de conhecimentos por meio de um tempo e dinâmica próprios, características essenciais da Educação a Distância.

De acordo com os dados do Censo da Educação Superior de 2012, a educação a distância cresceu mais que a educação presencial de 2011 a 2012. O ensino a distância representa 15,8% das matrículas. Em um ano, houve um aumento de 12,2% nas matrículas da EAD, enquanto a educação presencial teve um aumento de 3,1%. Em relação ao tipo de formação, as matrículas de bacharelado representam 67,1% do total, enquanto nos cursos de licenciatura 19,5%.

O censo aponta que a educação superior atingiu, no ano de 2012, 7.037.688 de matrículas na graduação, o que representa crescimento de 4,4% em relação a 2011. O número de concluintes teve uma variação menor, 3,3%, passando de 1.016.713 em 2011 para 1.050.413 em 2012.

Com base nos dados do censo, é possível verificar a expansão da educação a distância em nível superior no Brasil. As justificativas mais comuns para a matrícula em cursos a distância estão relacionadas a busca por melhorias rápidas na carreira, a falta de tempo e a distância para se chegar a locais de ensino presencial.

Algumas pesquisas (reportagens) revelam que ainda existe certo preconceito, de parte da população, que vê os profissionais formados em cursos a distância como menos qualificados, no entanto, a tendência é o crescimento desta modalidade de ensino e, mais do que isso, desenvolvimento da educação a distância no país.

Apesar dos dados sobre a expansão, ainda temos pouca informação acerca da qualidade desses cursos. Sabemos que a regulamentação, por meio de leis, da modalidade contribuiu para uma melhoria e, conseqüentemente, para aceitação por parte da sociedade.

Devido a essa expansão, o que se espera é que um curso na modalidade a distância tenha qualidade equivalente ao de um na modalidade presencial. Quando adentramos o campo da licenciatura, essa preocupação se potencializa, tendo em vista que estamos tratando da formação de professores, multiplicadores do conhecimento.

Com base no contexto exposto, surge a pergunta norteadora desta pesquisa:

em que medida podemos analisar a política de expansão da EaD na perspectiva da formação de professores para o ensino de língua estrangeira?

Compreendemos que o processo de expansão e democratização do ensino por meio da educação a distância é relevante no contexto atual da sociedade. Contudo, propomos a reflexão acerca das condições materiais de implementação e

operacionalização dessa política, em especial no que se refere à competência oral a

ser desenvolvida nos professores que atuarão no ensino de língua estrangeira.

Nesse sentido, o presente artigo abordará o contexto histórico das tecnologias da informação e comunicação associado ao desenvolvimento da EaD, as políticas públicas de expansão da formação de professores e o ensino de línguas mediado pelas novas tecnologias vinculado ao desenvolvimento da competência oral por meio das plataformas virtuais de aprendizagem.

A partir dessas reflexões, pretendemos também, pensar sobre os desafios e perspectivas no âmbito da formação de professores na modalidade a distância, com base nas contradições e condições materiais de existência da implementação e

operacionalização das políticas públicas na educação a distância.

## **As tecnologias da informação e comunicação e a evolução da educação a distância**

A educação a distância (EaD) não é um fenômeno recente na história mundial; entretanto, é vista como novidade em virtude do uso das novas tecnologias da informação e comunicação, as denominadas NTICs. Entendemos que as NTICs são compostas por um conjunto de tecnologias que possuem uma diversidade de recursos, como é o caso do computador conectado à internet, proporcionando interatividade e outras possibilidades de interação entre os atores da EaD.

Litto (2009) afirma que o Brasil vive três tendências econômicas nas quais a EaD está presente em alguma medida. A primeira tendência é a agrícola, pois muitas pessoas que moram nas áreas rurais distantes dos centros urbanos recorrem à modalidade a distância para dar prosseguimento aos estudos, por meio dos materiais impressos dos cursos por correspondência.

Há ainda a tendência industrial, baseada nos cursos por rádio e televisão; e, por fim, a tendência da tecnologia da informação, que, de acordo com o referido autor, “cresce rapidamente devido à aceleração das inovações que se estendem também à área de comunicação” (LITTO, 2009, p. 18).

Desse modo, as transformações tecnológicas que afetam a vida social como um todo chegam ao contexto da educação e ajudam a intensificar a cultura da EaD mediada principalmente pelos cursos via *web*. Diante disso, faz-se necessário estudar o novo paradigma da EaD, a sua expansão e sua organização interna, que operacionaliza e viabiliza as transformações no modo de aprender e ensinar.

A educação a distância é uma modalidade de ensino que, nos últimos anos vem experimentando as mudanças no cenário educacional, entre as quais, muitas delas, acontecem em decorrência da introdução das Tecnologias da Informação e Comunicação – TIC. De acordo com Belloni (2009), verifica-se a capacidade da EaD em articular as TIC à sua prática pedagógica, agindo de maneira essencial para o processo educativo.

As Tecnologias da Informação e Comunicação integram-se à educação a distância não apenas pelo fato de constituir um novo instrumento de ensino, mas por promover um novo paradigma da educação em função dos avanços tecnológicos, sendo, portanto, a tecnologia o meio essencial para ocorrer o ensino a distância.

Com o surgimento de um novo paradigma social, pautado em uma nova forma de organização econômica, política, social e cultural, identificada como Sociedade da Informação, faz-se necessária uma nova maneira de viver, de ser e estar no mundo. Com esse desenvolvimento estamos diante de um “novo paradigma tecnológico, organizado em torno das tecnologias da informação”, conforme afirma Castells (2000, p.60).

Sob o ponto de vista educacional, as tecnologias da informação servem de meio contribuindo para que a educação atenda às demandas dessa nova sociedade. Entretanto, convém ressaltar que a educação não se limita ao atendimento imediatista dessas demandas, uma vez que sua função nesse novo paradigma da sociedade é formar indivíduos críticos, capazes de problematizar e transformar a realidade em que vivem.

Assim, as novas TIC proporcionam novos meios para a realização da educação a distância, o que coloca a modalidade de ensino em um novo tempo: o tempo dos cursos *online*, onde a interatividade acontece na maior parte do processo de ensino e aprendizagem por meio de computadores conectados a internet, surgindo então uma nova forma de construção do conhecimento.

Para tanto, é preciso oferecer a instrumentalização visando um fim pedagógico, isto é, dar um sentido ao uso da ferramenta tecnológica, para que possa ser evitada a oferta de cursos online com propostas e métodos pedagógicos advindos do ensino presencial, tendo em vista que se trata de uma modalidade de ensino distinta, com características próprias.

É nesse sentido que verificamos a importância de atribuir às TIC's um caráter pedagógico, com o propósito de evitar seu uso instrumental, que se torna insuficiente para identificar as potencialidades de um recurso tecnológico aliado a um fim pedagógico.

No Brasil, o primeiro registro de EaD ocorreu em 1891, com a oferta de um curso de datilografia, no Jornal do Brasil (MATTAR, 2012). As autoras Dias e Leite (2010) concordam que o ponto inicial da EaD no Brasil é a implantação das “escolas internacionais”, em 1904, instituições privadas que representavam organizações norte-americanas e ofereciam cursos por correspondência vinculados por meio do jornal.

De acordo com Mattar (2012), o Brasil passava por um período de crise educacional, havendo a necessidade de reformas. Entretanto, entre as reformas necessárias, o ensino por correspondência não era prioridade, porque havia problemas com os serviços dos correios. Assim, as autoridades não dispensavam recursos e investimentos para potencializar a oferta dos primeiros cursos a distância.

A partir dessa primeira experiência, estudiosos como Vianney, Torres e Silva (2007) dividem a história da EaD brasileira em três gerações: a primeira baseada no ensino por correspondência; a segunda geração com o uso de modelos teleducacionais; e a terceira geração caracterizada pelo ensino com o uso da internet.

A primeira geração, conforme relata o autor, foi marcada pelo ensino por correspondência. Em 1934, foi instalada a Rádio-Escola Municipal do Rio de Janeiro. Nessa escola, criada por Edgard Roquete-Pinto, os alunos tinham acesso prévio ao conteúdo das aulas por meio de folhetos e esquemas impressos.

Dias e Leite (2010) afirmam que o contato com os alunos ocorria por correspondência. Embora fizesse uso do rádio, essa experiência pode ser classificada na primeira geração pelo fato de os materiais utilizados no curso serem enviados pelo correio, além de o contato com o aluno também se dar por esse meio.

Em 1939, a Escola de Comando do Estado Maior preparava os oficiais da Marinha e do Exército por meio de material impresso, via correspondência. Entretanto, a oferta sistematizada de cursos a distância por correspondência foi realizada pelo Instituto Rádio Técnico Brasileiro, em 1939, e o Instituto Universal Brasileiro (IUB), em 1941.

Os cursos oferecidos pelo IUB abrangiam diversas áreas: fotografia, violão, corte e costura, elétrica e mecânica, entre outros que atendiam as demandas por cursos profissionalizantes. Os cursos eram feitos com materiais impressos enviados pelos correios aos alunos.

Essa metodologia proporcionou que o IUB chegasse a locais no interior do país onde as oportunidades de formação eram muito precárias. Segundo Mattar (2012, p. 59), “nas décadas de 1940 e 1950, mais instituições passaram a fazer uso do ensino a distância via correspondência, impulsionadas pelo sucesso do Instituto Universal Brasileiro”.

A segunda geração, baseada na teleducação, oferecia cursos por meio de videoaulas e oferecia material impresso como complementação. Destacam-se nesse período os chamados telecursos, veiculados por emissoras televisivas educacionais. Nessa geração também houve a inclusão do rádio no ensino a distância.

Em 1960, a presença desse meio de comunicação tornou-se ainda mais expressiva com o programa de alfabetização de adultos, através do Rádio Educativo. Além desse programa de alfabetização, houve o Projeto Minerva, em que, de acordo com Dias e Leite (2010, p. 10) “o rádio transmitia, depois da Voz do Brasil, cursos a distância para formação do nível básico de ensino, um projeto do governo militar que também contava com apostilas impressas”.

Para Dias e Leite (2010), até 1970 a EaD no Brasil funcionava por meio do rádio e das correspondências. De 1970 aos dias atuais, a EaD brasileira incorporou novos meios de comunicação, como a televisão – por meio dos telecursos – e, mais recentemente, o computador e a *web*, com os cursos *on-line*.

O uso desses novos meios de comunicação proporcionou a multiplicação do acesso aos conteúdos e a interatividade, principalmente com os recursos existentes na *web*, que marcam a terceira geração da EaD no Brasil.

A partir da década de 1990, iniciou-se a expansão das novas tecnologias da informação e comunicação no contexto da EaD. Esse avanço ocorreu principalmente pelo fato de o país ter ampliado o número de linhas telefônicas nesse período, o que ocasionou a utilização da internet por um número maior de pessoas, embora saibamos que o acesso a um computador conectado na rede ainda hoje não faz parte da realidade da maioria.

Observa-se, no decorrer da história da EaD, no Brasil ou no mundo, que as novas tecnologias que surgiam na sociedade, quando aplicadas no âmbito educacional, não descartaram as anteriores. As tecnologias da informação e comunicação possuem um aspecto integrativo, em que os meios tecnológicos utilizados hoje podem incorporar práticas do passado. Como assinalam Dias e Leite (2010, p. 11),

o rádio continua sendo utilizado em lugares de difícil acesso, como na Amazônia, e o papel, personificando a concretude por meio da impressão, continua quase que imbatível. Tudo isso ao lado das mais modernas invenções de tecnologia digital que propiciam interatividade: e-mail, fórum, chat, videoconferência e conferência *web*, *wiki*, entre outras.

A fala das autoras mostra justamente o caráter integrativo das tecnologias da informação e comunicação. Podemos inferir também outro caráter dessas tecnologias: seu aspecto convergente, ou seja, as tecnologias se complementam e, independente dos meios tecnológicos empregados no ensino a distância, todos convergem para uma finalidade maior: colaborar na construção do conhecimento.

Embora o cenário atual aponte para uma realidade voltada para a inclusão digital, ainda é expressivo o número de pessoas excluídas digitalmente. Como afirmam Dias e Leite (2010, p. 16), “a falta de acesso ao computador e à internet ainda se configura como um grande desafio que precisa ser enfrentado, seja pelo poder público, seja pela iniciativa privada”.

Por meio de um processo de inclusão digital eficiente, a democratização do ensino a distância se concretizará e, com isso, também surgirá a necessidade de capacitar os profissionais da EaD, tanto nos aspectos pedagógicos quanto nos técnicos.

### **Crescimento da EaD: expansão e seus efeitos**

Nos últimos dez anos, observou-se uma expressiva expansão da EaD. De acordo com Mill (2012), esse fato trouxe maior visibilidade à modalidade, contribuindo para a construção de uma boa imagem da EaD.

Sob uma perspectiva crítica, porém, sabemos que a expansão da educação a distância foi motivada por interesses capitalistas e políticos. Era preciso oferecer formação a um número elevado de indivíduos – em decorrência de demandas internacionais – a um baixo custo.

Em relação aos custos da EaD, Moraes (2010) afirma que o investimento inicial voltado ao planejamento e implementação é extremamente elevado. Essa primeira fase envolve a produção de materiais, a arquitetura e engenharia dos *softwares* e dos ambientes virtuais de aprendizagem e, inclusive, a própria formação docente.

No entanto, após o investimento inicial, a relação custo-benefício começa a ser positiva, uma vez que haverá uma estabilidade na manutenção dos insumos necessários para a oferta de cursos a distância. De acordo com Moraes (2010, p. 78), “a vantagem na EaD residirá na sua capacidade de prover instrução, ao longo de vários módulos e por vários semestres ou anos letivos, incrementando constantemente o número de estudantes, mas sem alterar os custos após atingir certo ponto”.

Assim, o processo de expansão da EaD é intensificado, entre outros fatores, pela relação-custo benefício. Cabe destacar que o alto investimento feito no início também se aplica à formação docente, conforme defende Moraes (2010). Todavia, essa formação também passa por um período de estabilização, ou seja, não se procura investir novamente para renovar as práticas de acordo com as mudanças e a importância da formação continuada.

A produção de uma boa imagem da EaD está pautada nos elevados números representados nas estatísticas em detrimento de uma análise acurada das condições reais em que se dá essa expansão.

Sendo assim, consideramos que a EaD percorre um caminho de construção da sua identidade, de modo que a boa imagem será reflexo das concepções e intencionalidades adotadas pelos grupos envolvidos no processo de ensino e aprendizagem.

O atual estágio da EaD pode trazer boas perspectivas para pensar na construção da sua identidade por meio de políticas educacionais voltadas para a formação pela EaD, da legislação e da própria cultura de superação da dicotomia entre ensino presencial e a distância. São fatores que podem trazer uma abordagem crítica e emancipadora para a EaD.

A expansão da EaD também foi motivada pelo amadurecimento da legislação educacional, a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a Lei nº 9.394/1996. Pela primeira vez, a EaD foi incluída no cenário da legislação educacional brasileira e sinalizou a importância de articulação dessa modalidade com as demandas de formação.

O movimento de criação das leis e a consequente produção de políticas públicas para a efetivação de previsões legais provocou a mobilização da sociedade civil para os seus interesses dentro desse cenário que adquire força ao longo dos anos, como é o caso da Associação Brasileira de Educação a Distância (Abed) e da Universidade Virtual Pública do Brasil (Unired).

Mill (2012, p. 36) conclui que todos saem ganhando com a expansão e consolidação da EaD:

Num esforço para levantar os ganhos que governo, comunidade escolar e professores em formação teriam a partir da formação profissional pela EaD, concluímos que todos ganham com essa parceria, desde que se parta de uma proposta de formação de professores a distância que prime pela qualidade e melhoria na formação do futuro cidadão.

Concordamos com o autor em relação à expansão da educação superior por meio da EaD. A expansão com qualidade pode ser traduzida em democratização e promoção de oportunidades de formação às camadas menos favorecidas. Entretanto, para ocorrer a expansão com qualidade, é preciso investir de forma significativa nos meios que garantem a execução e operacionalização dos programas. Além do investimento inicial, é preciso pensar na manutenção e no aprimoramento das práticas pedagógicas e tecnológicas ao longo do processo.

Moraes (2010) elenca três fatores que potencializaram a expansão da educação a distância nos últimos anos: experiências anteriores que incentivaram o estudo independente, como é o caso do ensino por correspondência ou o ensino supletivo; tradição na produção de materiais didáticos para os estudos independentes; e a popularização associada ao baixo custo das novas tecnologias de comunicação.

Entre esses três fatores, destaca-se o terceiro, por ser o discurso mais difundido entre os que defendem a EaD como forma de democratização do acesso ao aprendizado por meio das novas tecnologias. Contudo, Moraes (2010, p. 25) faz a seguinte ressalva:



Vale estabelecer uma diferença importante. Quando falamos do acesso a novas tecnologias de comunicação, de fato trata-se de dois tipos de acesso (e dois tipos de barreira): o acesso tecnológico (disponibilidade física de equipamento, *software*, energia elétrica, linhas de telefone, etc.) e o acesso social (além da renda, os conhecimentos, as habilidades e os hábitos de uso desses recursos).

Concordamos com a exposição do autor e afirmamos que a democratização do acesso à educação superior está pautada na democratização do acesso às tecnologias, no que diz respeito à disponibilidade física de equipamentos. Entretanto, considerando a concepção de acesso social, cabe uma reflexão mais problematizada, uma vez que esse segundo tipo de acesso é mais complexo e, portanto, mais difícil de mensurar.

Pensar nas ações e estratégias de expansão associadas à democratização do acesso requer o estudo dos processos aos quais o poder público deverá dar atenção especial por meio das políticas educacionais. Reginaldo Moraes (2010) elenca alguns pontos desses processos: preparação de professores e de tutores, produção de material didático e disciplinas relacionadas à aprendizagem dos códigos fundamentais, linguagens e conhecimentos básicos no contexto das NTICs.

## **Formação de professores para e na EaD**

É importante destacar a necessidade de preparação dos docentes (entendidos pelo como professores e tutores) dentro do contexto da democratização do acesso aos processos de ensino e aprendizagem.

Mill (2012) afirma que há uma carência expressiva de formação para os professores que atuarão na docência a distância. O referido autor acrescenta que, devido à expansão da oferta de cursos de formação inicial a distância, os docentes virtuais viram a necessidade de se prepararem para a atuação efetiva nos ambientes virtuais.

Compreendemos que a formação docente é um ponto estratégico para o alcance do objetivo de democratização, uma vez que o acompanhamento, a supervisão e a orientação pedagógica são medidas que podem garantir a permanência com qualidade do estudante na EaD.

Além disso, preparar o professor para a EaD mediada pelas novas tecnologias envolve a aprendizagem, por parte do docente, de recursos e métodos que proporcionem ao estudante o acesso tecnológico e, sobretudo, social.

Usar com propriedade o computador e os recursos da internet vai depender do letramento digital que o usuário desenvolveu. Letramento digital ou letramento eletrônico é o tipo de conhecimento que permite ao indivíduo inserir-se nas práticas letradas da era digital (Kaplan; Selfe *apud* Buzato, 2001, p.84). Segundo Buzato (2001), o letramento eletrônico também pode ser chamado de ciberletramento, devido ao conceito de “cibercultura” proposto por Lévy (1999).

A especificidade do letramento eletrônico demanda que o indivíduo inclua o conhecimento e a habilidade necessários para interagir numa era eletrônica com dispositivos eletrônicos. Selfe (*apud* Buzato, 2001) entende que as exigências da era digital deixam o conceito de letramento ainda mais complexo. Para tanto, a autora trabalha com a ideia de camadas gramaticais no letramento eletrônico, ou seja, o



usuário necessita dominar uma série de normas específicas, as quais são denominadas “gramáticas” próprias desse meio. As gramáticas são um conjunto de regras que regem a construção de sentidos na leitura e na escrita mediadas por computador.

Para Selfe (*apud* Buzato, 2001, p.98-100), há três estágios intermediários de letramento eletrônico, a saber:

- **Iletrado eletrônico:** indivíduo não conhecedor do sistema simbólico que permite usar o computador. Analogamente, é o analfabeto do letramento tradicional.
- **Semiletrado eletrônico:** indivíduo que já adquiriu no mínimo algumas das camadas gramaticais que regem a construção de sentidos dos textos no meio eletrônico. O que falta ao semiletrado é uma série de convenções peculiares ao meio eletrônico, sem as quais ele é incapaz de construir sentido a partir do que está na tela.
- **Letrado eletrônico:** indivíduo que dispõe não só de conhecimento sobre propriedades do texto na tela que não se reproduzem no mundo natural como também sobre as regras e convenções que o habilitam a agir no sentido de trazer o texto à tela. Ele pode interagir com vários textos e está mais apto a adquirir conhecimento sobre novos tipos de texto e gêneros discursivos no meio eletrônico.

Portanto, percebemos que interagir em um ambiente de EaD pode não ser um processo simples para algumas pessoas, dessa forma, os professores para a EaD devem estar preparados tanto para saber lidar com a tecnologia quanto para auxiliar o estudante, que pode estar em um nível de semiletramento digital.

Quando pensamos na figura do aluno, vale ressaltar o que foi dito inicialmente, que temos um aumento das matrículas nos cursos de licenciatura a distância no Brasil, portanto, estamos falando da EaD também como formadora de professores, portanto, esses alunos serão futuros professores, e transmitirão os conhecimentos adquiridos por meio dessa modalidade de ensino.

## **Ensino de línguas mediado pelas novas tecnologias**

De acordo com Prensky (2008), o papel da tecnologia nas salas de aula é apoiar o novo paradigma de ensino. Ou seja, o papel da tecnologia, e a sua única função, seria apoiar os alunos no ensino (com, é claro, a orientação de seus professores). Dessa forma, o que se pode esperar da escola (ou ambiente de aprendizagem) é que as novas tecnologias fossem inseridas nas práticas pedagógicas na tentativa de melhorar a mediação entre o aprendiz e a língua estrangeira.

E quando falamos em novas tecnologias, é importante ressaltar que elas não podem ficar restritas às salas de aula virtuais, é necessário pensar na inserção delas também na educação presencial, mas isto exige também que esta seja repensada e, analisar-se as possíveis implicações que a introdução de novas mídias tem e poderão causar na relação aluno-professor.

Dessa forma, nos parece que inserir novas tecnologias em ambientes virtuais de aprendizagem é mais fácil que na educação presencial, o problema é que, muitas vezes, o próprio ensino à distância fica estagnado, com as mesmas propostas, que muitas vezes, não abarcam as novas tecnologias e tampouco levam em consideração

a própria mudança na forma de se aprender, e a velocidade e diferentes meios em que a informação hoje chega às pessoas.

Segundo Paiva (2008), o homem está preso em uma relação dialética entre a adesão e a crítica ao novo. Ao surgir uma nova tecnologia, ele passa, primeiramente, por um processo de rejeição e desconfiança. Aos poucos, a tecnologia começa a fazer parte das atividades e por fim há uma normalização, em que a tecnologia se integra às práticas pedagógicas e deixa de ser algo temido.

O livro didático passou por esse processo de rejeição, inserção e normalização. Essa socialização do livro não foi um processo tranquilo. O livro sofreu os mesmos problemas que hoje são trazidos pela introdução do computador e os seus derivados em nossa sociedade. Ele sofreu censura e foi aos poucos garantindo seu espaço em nossa sociedade. Assim, não somente o livro, mas na medida em que as máquinas se tornavam mais sofisticadas – surgimento do fonógrafo; gravação e reprodução de som; produção de cartoons da Walt Disney para o ensino de inglês básico; surgimento do gravador de fita magnética etc – os professores reagiam e se sentiam ameaçados com medo de perder seu trabalho e seu status.

O ensino de línguas mediados por computador também sofreu o seu processo de rejeição, no entanto, segundo Levy (1997 *apud* Paiva), esse ensino teve início com o projeto PLATO (Programmed Logic for Automatic Teaching Operations), em 1960, na Universidade de Illinois. Plato usava uma ferramenta de autoria, o tutor, que permitia desenvolver exercícios de gramática e vocabulário com feedback automático. O projeto oferecia instrução mediada por computador para várias línguas.

Com o passar dos anos, surgiram novas formas de comunicação e os aprendizes de línguas estrangeiras puderam, pela primeira vez, ter acesso a páginas da Internet e interagir com falantes das línguas por meio de e-mail, listas de discussão e fóruns. Pela primeira vez, temos uma tecnologia que permite experiências linguísticas não artificiais e a língua pode ser entendida como comunicação.

De acordo com Conacher (1998 *apud* Polesel Filho 2001), não é a quantidade ou mesmo a qualidade da fonte de materiais disponíveis para professores de idiomas que determinará o valor da Internet no ensino de idiomas. O fator determinante é como eles exploram este material, integrando as melhores características do potencial de crescimento da Internet em uma forte estrutura pedagógica, que irá fazer a diferença.

## **Competência oral no ensino de língua estrangeira a distância**

Perpassar pelos temas: formação de professores e ensino de línguas mediados por novas tecnologias, nos faz pensar em um tema específico: a competência oral de um professor de língua estrangeira formado pelo contexto da EaD.

Tradicionalmente, o ensino de uma língua estrangeira envolve, as quatro habilidades linguísticas: a compreensão auditiva, a fala, a leitura e a escrita. No mundo globalizado em que vivemos, é possível perceber que a fala vem adquirindo uma importância maior: as pessoas desejam aprender uma língua estrangeira para comunicar-se oralmente e, assim, valorizam a qualidade de produção oral.

Até porque, hoje fala-se tanto em ensino comunicativo de línguas. De acordo com Almeida Filho (2008), a abordagem comunicativa visa prioritariamente desenvolver competência comunicativa (de uso da nova língua). É claro que

abordagem comunicativa não se esgota na produção oral, no entanto, quando falamos de uso da língua, fica evidente que essa habilidade estará envolvida, e, em geral, priorizada.

Em decorrência desse fato, espera-se que o aprendiz de língua estrangeira possua a competência comunicativa, ou seja, supõe-se que ele consiga comunicar-se oralmente em diferentes situações de uso real da língua e seja capaz de produzir diferentes atos comunicativos, como convites, pedidos, aceitações, recusas, desculpas, elogios e outros mais.

Além disso, espera-se que ele saiba não só transmitir informações a outras pessoas, mas também realizar ações, agir e atuar sobre o interlocutor em uma dada situação de comunicação. Um indivíduo que reúne todas estas qualidades pode ser considerado um aprendiz que possui competência comunicativa em uma dada língua estrangeira.

Com relação à competência oral trabalhada pela EaD, Paiva (2013) afirma que em suas primeiras experiências na EaD o foco era apenas no ensino de escrita e leitura, pois a tecnologia de voz ainda era insipiente. “Hoje, com a popularização da webcam, já é possível usar tecnologia de vídeo e voz como o MSN, o Skype, OoVoo, como fazem os professores da UNESP no projeto Teletandem Brasil. Outras tecnologias de voz são o podcast e os voice-blogs”.

Portanto, percebemos que até pouco tempo atrás, o ensino de línguas a distância não trabalhava a competência oral, tendo foco apenas na leitura e escrita, ora, se estamos falando em formação de professores, estes devem dominar as quatro habilidades, para ensiná-las aos seus alunos.

### **Considerações finais: desafios e perspectivas na formação de professores a distância para o ensino de língua estrangeira**

Reconhecemos a importância das novas tecnologias no processo de ensino e aprendizagem, sobretudo na modalidade a distância. Com o processo de expansão e democratização do acesso ao ensino, observamos que a EaD configura-se como uma estratégia essencial para o alcance dos objetivos das políticas públicas voltadas para a formação de professores.

Nesse sentido, levantamos a reflexão acerca das condições concretas de operacionalização da formação de professores para o ensino da língua estrangeira, sobretudo no tocante à aquisição da competência oral.

Apontamos como perspectiva a necessidade de ampliar as investigações acerca da formação de professores de língua estrangeira, observando os recursos tecnológicos existentes como meios de potencializar o desenvolvimento da competência oral. Apresentamos como futuros encaminhamentos a pesquisa de natureza qualitativa em fase de elaboração, que problematiza a oferta dos cursos de licenciatura em línguas estrangeiras a distância, questionando a existência de uma formação da competência oral dos estudantes (futuros professores) por meio de uma plataforma virtual de ensino.

Sabemos que o uso das tecnologias na educação carrega um significado relevante, mas pode ser extremista quando é creditado aos processos tecnológicos toda a responsabilidade de solucionar os problemas e demandas educacionais. De acordo com Possolli e Zainko (2011, p.206), a visão determinista da tecnologia “atribui aos artefatos e processos tecnológicos a capacidade de decisão e mudança, como se

fossem sujeitos, tirando do homem a competência e a responsabilidade de adequar e direcionar a tecnologia para o atendimento de duas necessidades.”

Diante do exposto, convém refletir em que medida ocorre o desenvolvimento da competência oral dos estudantes de licenciatura a distância em línguas estrangeiras, uma vez que é necessário o uso dos recursos tecnológicos existentes nos ambientes virtuais de aprendizagem.

É preciso reconhecer as potencialidades das tecnologias, mas também não se pode desconsiderar as limitações. Entendemos que ao identificar as possíveis limitações, é viável redefinir as estratégias e repensar o uso adequado e coerente das tecnologias com vistas ao objetivo da formação de professores.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ABED. Censo EAD.BR: Relatório Analítico da Aprendizagem a Distância no Brasil 2012. São Paulo: IBIPEX, 2013. Disponível em: <[http://www.abed.org.br/censoead/censoEAD.BR\\_2012\\_pt.pdf](http://www.abed.org.br/censoead/censoEAD.BR_2012_pt.pdf)>.

ALMEIDA FILHO, J.C. Dimensões Comunicativas do Ensino de Línguas. Campinas: Pontes Editores, 2008.

BELLONI, M.L. Educação a distância. Campinas, SP: Autores Associados, 2009.

BUZATO, M.E.K. O Letramento Eletrônico e o Uso do Computador no Ensino de Língua Estrangeira: Contribuições para a Formação de Professores, Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000219553> , 2001.

CASTELLS, M. A Era da Informação, Economia, Sociedade e Cultura-a sociedade em rede. São Paulo, SP: Paz e Terra, 1999, V.1.

DIAS, R.A. & LEITE, L.S. Educação a Distância: da legislação ao pedagógico. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

LITTO, F.M. O atual cenário internacional da EaD. In: LITTO, Fredric M. & FORMIGA, Marcos. Educação a Distância: o estado da arte. São Paulo: Pearson Education do Brasil. 2009.

MARTINS, A.R. & MOÇO, A. Educação a distância vale a pena? Revista Nova Escola. Disponível em: <<http://revistaescola.abril.com.br/formacao/formacaoInicial/vale-pena-entrar-nessa-educacao-distancia-diploma-prova-emprego-rotinaaluno-teleconferencia-chat-510862.shtml>>.

MATTAR, J. Tutoria e interação em educação a distância. São Paulo: Cengage Learning, 2012

MILL, D.R.S. Docência virtual: uma visão crítica. Campinas, SP: Papirus, 2012

MORAES, R.C. Educação a distância e ensino superior: introdução didática a um tema polêmico. São Paulo: Senac, 2010.

PAIVA, V.L.M.O. A formação do professor para uso da tecnologia. In: SILVA, K.A.; DANIEL, F.G.; KANEKO-MARQUES, S.M.; SALOMÃO, A.C.B. (Orgs) A formação de professores de línguas: Novos Olhares - Volume 2. Campinas, SP: Pontes Editores, 2013. pg. 209-230.

PAIVA, V.L.M.O. O Uso da Tecnologia no Ensino de Línguas Estrangeira: breve retrospectiva histórica. Disponível em <http://www.veramenezes.com/techist.pdf>.

PIRES, C.O.S. O EAD no Brasil evolui e melhora a aceitação do mercado. Webinsider. Disponível em: < <http://webinsider.com.br/2012/11/29/o-ead-no-brasilevolui-e-melhora-a-aceitacao-do-mercado>>.

POLESEL FILHO, P. A Comunicação Mediada pelo Computador: diferentes formas de contato e aprendizagem. XXIV Congresso Brasileiro da Comunicação – Campo Grande/MS. Setembro 2001.

POSSOLLI, E.G. & ZAINKO.S.M.A. Políticas de expansão da educação superior e formação de professores na modalidade de educação a distância. In: ENS. R.T. BEHERNS, M.A. Políticas de formação do professor: caminhos e percursos. Curitiba. Champagnat, 2011.

PRENSKY, M. The Role of Technology in teaching and the classroom. Published in Educational Technology, Nov-Dec 2008.

TOKARNIA, M. Educação a distância cresce mais que a presencial. Agência Brasil. Disponível em: < <http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2013-09-17/educacaodistancia-cresce-mais-que-presencial>> .

VIANNEY, J.; TORRES, P.; SILVA, E. A Universidade Virtual do Brasil: os números do ensino superior a distância no país em 2002. Quito 2007. Disponível em: <http://www.portaldeensino.com.br>. Acesso em 07/05/2011.